

A nossa missão:

Contra a venda do Ateneu Comercial de Lisboa

(apresentação: somos a Teresa e a Liliana, inquilinas do Ateneu, proprietárias do Primeiro Andar espaço cultural e restauração. Queremos contar a nossa história, porque através dela irão perceber o que se passa no ACL)

Em Março de 2012, começámos a negociar o arrendamento do nosso espaço com a Direção do Ateneu (que iremos designar como ACL).

Nesta altura o ACL não tinha água da rede pública por ter uma dívida à EPAL e foi-nos dito que estava a ser negociado um plano de pagamentos à EPAL e assim que terminássemos as nossas obras e abrissemos ao público, iriam ligar a água.

Em Julho assinámos contrato de arrendamento com o Presidente do ACL, Manuel Tavares de Oliveira, após isso informaram-nos que se iam propor à insolvência.

Em Agosto, o ACL fecha para férias e ficámos sozinhas no edifício com alguns problemas, nomeadamente, um curto-circuito, um incêndio e uma inundação. Os responsáveis do ACL estavam incontactáveis e ausentes, sendo nós a resolver os problemas que estavam a pôr em risco o edifício.

Continuámos sem água e a funcionar apenas com um furo que abastecia todo o edifício de água não potável.

Em Setembro de 2012 chegámos para trabalhar e dentro do nosso espaço estavam 3 pessoas: o administrador de insolvência Joaquim Faustino, o advogado Motta da Veiga que tinha sido advogado do ACL e atual advogado do administrador de insolvência e o engenheiro Mário Roncon, amigo de ambos. Fomos ameaçadas, afirmaram que o nosso contrato não era válido e que nos queriam fora dali para poderem vender o edifício.

Nesta altura, existia uma escola de música, uma escola de dança, uma universidade sénior e um infantário e todos foram obrigados a sair. Validámos o nosso contrato junto de um advogado mas todas as outras atividades foram embora do edifício.

Continuávamos a funcionar sem água potável.

Desde dezembro de 2012 até à data, abriram 3 novos bares, aconteceram inúmeras festas e eventos, alguns privados outros públicos (Vodafone Mexefest, Imigrarte, etc) que se realizaram no ACL, sempre com a aprovação do engenheiro Mário Roncon.

Nenhuma destas receitas entrou nas contas da insolvência, podem ser confirmadas porque as contas são públicas.

Os vários espaços foram alugados sem contratos de arrendamento.

Continuámos a funcionar sem água potável até Janeiro de 2015, altura em que o Sr. Adriano Roberto Lourenço sub-rogou parte da dívida do ACL (só o Banif não vendeu a sua parte). Desta forma pagou a dívida à EPAL à Segurança Social e a todas as outras entidades credoras.

Ou seja, se até à data era necessário o aval de todos os credores para se vender o edifício do ACL, a partir de Janeiro de 2015 dependia somente do aval do Sr. Adriano.

Nunca se tentou recuperar o ACL e em 4 anos as receitas obtidas dos vários alugueres, não serviram para abater as dívidas.

Sempre nos pressionaram e condicionaram a nossa atividade no sentido de nos expulsarem.

A gota de água aconteceu em Agosto de 2015, quando após regressarmos de férias tínhamos um muro de 3 metros de altura por 6 metros de comprimento, na nossa porta de entrada de clientes. Denunciámos a construção deste muro ilegal à Polícia Municipal e à CML, onde comprovámos que a construção do muro era completamente ilegal, o ACL nunca licenciou esta obra. Era apenas mais uma tentativa de nos expulsar.

Após este episódio decidimos agir. Denunciámos esta situação ao Ministério Público, apresentando uma queixa-crime em Setembro de 2015, contra ao administrador de insolvência Joaquim Faustino, Engo. Mário Ronco e advogado Motta da Veiga.

Criámos um abaixo-assinado e uma petição online para impedir a venda do edifício, apelando à comunidade que se manifestasse. A comunicação social começou a falar do assunto.

Em outubro de 2015, um ex-dirigente do ACL (que fazia parte da direção com quem assinámos contrato), enviou uma carta para a comunicação social e para o tribunal de insolvência onde denuncia todo o plano por detrás da direção e do administrador de insolvência, para vender o edifício e lucrarem com essa venda a título pessoal.

A 23 de Fevereiro deste anos entregámos o nosso abaixo-assinado na assembleia municipal e fomos chamadas a ir no dia 17 de Março à 7ª Comissão, presidida pela Simoneta Luz Afonso, onde nos foi dito que para a CML fazer alguma coisa tínhamos que fazer barulho na comunicação social, porque passamos a citar: “a CML tem muitos fogos para apagar e não tem meios para apagar todos. Terão que tornar o vosso fogo maior para que a CML faça alguma coisa”.

Até hoje não voltámos a ser contactadas.

Através do vereador Municipal do PCP, Carlos Moura, tomámos conhecimento que em Novembro de 2013 a CML aprovou o licenciamento de um hotel de 5 estrelas para o edifício do ACL.

Durante todo este processo pedimos ajuda/ apoio/ orientação e denunciámos esta situação a:

António Costa (na altura presidente da CML)

Margarida Martins (presidente da junta de freguesia de Arroios à qual pertence o edifício)

Ministério Público

Provedor de Justiça

Assembleia Municipal

e agora à Assembleia da República

Até hoje nenhuma destas entidades fez nada. O nosso contrato termina em Julho deste ano e já recebemos a carta de rescisão.

Tememos que assim que sairmos do ACL o edifício seja vendido.

É um edifício de utilidade pública que deveria servir a comunidade. Acima de tudo defendemos os propósitos que o Ateneu defende: cultura, desporto e apoio social.

A cidade fica desprovida de uma infra-estrutura já existente e a vende será para beneficiar privados e não a sociedade onde se insere.

Propomos que a CML e a junta de freguesia de Arroios unam esforços para encontrar uma solução que não seja a venda, pois eles serão os maiores prejudicados se isso acontecer e

terão que criar infra-estruturas que venham colmatar aquilo que o ACL dispõe hoje em dia, nomeadamente salas de dança, de desporto, campos de basquete, uma piscina olímpica e um polo cultural gigante.

Sugerimos a criação de um concurso público de projetos culturais e desportivos que consigam recuperar as funções do ACL, pagar as dívidas, gerar receitas e servir a comunidade.

Achamos que uma insolvência não é a solução para uma associação como esta. Queremos que alguma entidade faça alguma coisa e estamos disponíveis para ajudar.

Anexamos os seguintes documentos:

A nossa denúncia ao Ministério Público e respetivo anexo 1

Carta de ex-dirigente enviada à juíza de insolvência denunciando o esquema

Requerimento do vereador municipal, Carlos Moura à CML em Novembro de 2015

Resposta da CML a esse requerimento

Processo de insolvência do ACL

Abaixo-assinado / petição entregue na Assembleia da República e na Assembleia Municipal